

LEI Nº 090, DE 05 DE ABRIL DE 1951.

(Revogada pela Lei nº 3.405/2018)

~~LEI DO SELO MUNICIPAL.~~

~~O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE:~~ Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre decretou e eu sanciono a seguinte lei:

~~NORMAS GERAIS~~

~~CAPÍTULO I~~

~~Disposições Preliminares~~

~~**Art. 1º** — É estabelecido o Imposto do Selo Municipal que incidirá sobre todos os papéis que tiverem andamento nas repartições administrativas do Município, de acordo com as normas adotadas na presente lei.~~

~~**Art. 2º** — Nenhum papel poderá ter andamento nas repartições municipais como o pagamento prévio do imposto a que estiver sujeito.~~

~~**Art. 3º** — O Imposto do Selo Municipal será arrecadado em estampilhas ou por verba, de conformidade com a tabela anexa.~~

~~**Art. 4º** — É responsável pelo pagamento do imposto o signatário ou signatários do papel.~~

~~**§ Único** — Havendo mais de um signatário, se algum deles gozar de isenção, o ônus do imposto recairá sobre os demais.~~

~~CAPÍTULO II~~

~~Do pagamento por estampilha~~

~~**Art. 5º** — No pagamento por estampilhas, serão empregadas as que tiverem, digo, forem adotadas em emissões autorizadas, segundo a conveniência do interessado~~

~~**Art. 6º** — O selo por estampilha servirá para pagamento de taxa, proporcional ou fixa, segundo a tabela anexa.~~

~~**Art. 7º** — Os papéis serão selados no fecho, isto é, no lugar em que se tenha de efetuar sua autenticação pela assinatura.~~

~~**Art. 8º** — AS estampilhas deverão ser coladas seguidamente e sem se sobreporem, sob pena de considerar-se somente o valor das que estiverem inteiramente descobertas.~~

~~**Art. 9º** — A inutilização das estampilhas far-se-á com a indicação do lugar, a data e a assinatura.~~

~~**§ 1º** — A data que poderá deixar de ser do próprio punho, compreende o dia, mês (por extenso) e ano, e deverá ser repetida em cada estampilhas, em algarismos.~~

~~**§ 2º** — A assinatura será lançada, parte no papel e parte nas estampilhas, de forma que abranja todas, podendo para isso ser repetida.~~

Art. 10 — A competência para inutilização da estampilha é, em gela, do signatário do papel, ou do primeiro signatário, quando houver mais de um.

Art. 11 — Nos requerimento s e documentos a eles apensos, tem, também, competência para inutilizar as estampilhas, o funcionário que, inicialmente, lhes der andamento.

Art. 12 — A inutilização das estampilhas em requerimentos e seus anexos dirigidos à municipalidade poderá, também, ser feita pelo carimbo da Prefeitura Municipal ou de qualquer cartório de serventuário de ofício.

CAPÍTULO III

Do pagamento por verba

Art. 13 — Pagarão selo por verba:

1º) os papéis não sujeitos a selo por estampilhas;

2º) os atos e contratos cujo selo devido exceder de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00)

Art. 14 — Poderão também ser selados por verba:

1º) os requerimentos, atos, contratos, títulos e documentos cujo selo devido exceder a importância da estampilha de maior valor em circulação;

2º) os requerimentos, atos, contratos, títulos e documentos, sempre houver falta de estampilhas.

Art. 15 — O selo por verbas somente poderá ser arrecado na Tesouraria da Prefeitura.

Art. 16 — O pagamento do selo por verba pode ser solicitado verbalmente pelo interessado ao encarregado da Tesouraria da Prefeitura, sendo dispensável a apresentação de qualquer guia de recolhimento

CAPÍTULO IV

Das isenções

Art. 17 — São isentos do selo os papéis em que o ônus do imposto, ante as normas desta lei, recaia, exclusivamente, sobre o governo federal ou o governo estadual.

Art. 18 — São ainda isentos do selo:

- a) recibos de quantias inferiores a vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00);
- b) requerimentos e documentos para fins eleitorais, militares ou escolares;
- c) requerimentos, documentos, recebimento sou atestados em que forem interessados os funcionários municipais, em assuntos relacionados nas suas funções;
- d) requerimentos, documentos, recebimento sou atestados em que forem interessados os estabelecimentos de ensino, associações de caridade e pessoas indigentes;
- e) requerimentos, documentos, recebimento sou atestados em que forem interessados os Vereadores à Câmara Municipal, em assuntos relacionados com suas funções.

CAPÍTULO V

Das penalidades

Art. 19 — Os infratores das disposições contidas nesta lei, ficam sujeitos à revalidação ou multa, de acordo com as normas do presente capítulo.

Seção I

Da Revalidação

Art. 20 — A revalidação do selo far-se-á pela maneira seguinte:

- a) cobrando-se novo selo nos casos de:

~~1 inutilização da estampilha por pessoa incompetente;~~
~~2 sobreposição de estampilha;~~
~~3 uso de estampilha imprópria, referente a outro tributo, ou de estampilhas que tenham saído da circulação.~~

~~b) cobrando-se o selo em dobro nos casos de:~~

~~1 rasura ou emenda;~~
~~2 falta de inutilização, inutilização incompleta, ou inutilização em desacordo com o art. 9º e seus parágrafos;~~
~~3 aposição da estampilha fora do fecho, salvo nos casos dos artigos 11 e 12;~~
~~4 apresentação espontânea do papel com falta ou insuficiência de selo à Tesouraria da Prefeitura Municipal, para pagamento do selo, sem intuito de denúncia.~~

~~§ 1º — A revalidação incidirá apenas nas estampilhas que contiverem vício ou irregularidade, ou na quantia que deixou de ser paga.~~

~~§ 2º — quando o papel referido no inciso 4 da alínea "b" for apresentado à Tesouraria da Prefeitura Municipal para regularizar o pagamento do selo, dentro de oito dias contados de sua assinatura, cobrar-se-á o selo devido, apenas como acréscimo de 50%.~~

~~§ 3º — O pagamento de revalidação isenta o responsável ou responsáveis de qualquer outra penalidade.~~

~~§ 4º — Estão isentos da revalidação estabelecida no inciso 4 da alínea "b" os papeis taxados nos artigos 8 e 9 da tabela anexa a esta lei.~~

~~Art. 21 — Estão também isentos de revalidação os impostos de selos que tenham sido pagos por verba.~~

~~Art. 22 — O pagamento do imposto simples, quando se trata da hipótese prevista no § 4º do art. 20 e o pagamento de qualquer revalidação sem a redução concedida no § 2º do mesmo artigo, poderá ser feito pelo próprio contribuinte ou outro interessado, por estampilha, independentemente de apresentação do papel à Tesouraria da Prefeitura.~~

Seção II

Das multas

~~Art. 23 — Os que firmarem ou emitirem papel ou utilizarem livro com falta ou insuficiência de selo, ficarão sujeitos à multa de cinco vezes o valor do imposto, o qual não será inferior a cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00).~~

~~§ Único — Os que devem curso a papel com falta ou insuficiência de selo ou o conservarem por mais de 8 (oito) dias ficarão sujeitos à multa de duas vezes o valor do imposto, o qual não será inferior a cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00).~~

~~Art. 24 — Os que falsificarem estampilhas ou lavarem as que tinham sido usadas, ficarão sujeitos à multa de duas vezes o seu valor, o qual não será inferior a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00).~~

~~§ 1º — na mesma multa incorrerão os que possuírem ou empregarem, conscientemente, estampilhas falsas ou lavadas.~~

CAPÍTULO VI

Do Processo das penalidades

~~Art. 25 — A revalidação será exigida mediante determinação verbal ou despacho do funcionário, autoridades ou chefe que verificar a falta.~~

~~§ 1º — Se o interessado estiver presente pagará a revalidação. Em caso contrário, será o papel encaminhado à Tesouraria para proceder a cobrança, o que poderá ser feito por notificação ou por edital, marcando o prazo de trinta (30) dias para o interessado efetuar o pagamento.~~

~~§ 2º — Findo esse prazo, sem que a exigência tenha sido satisfeita, será processada a dívida para inscrição e cobrança executiva, se a mesma for superior a vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00). Sendo inferior a vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00), o processo será arquivado sumariamente.~~

~~§ 3º — Idênticas medidas serão tomadas em caso de imposição de multas previstas nos artigos 23 e 24.~~

~~Art. 26 — Não terá andamento o papel antes de satisfeita a exigência fiscal ou de inscrita a dívida, salvo interesse da municipalidade, caso em que se extrairá cópia autenticada para substituir o original, seguindo este os trâmites da cobrança.~~

~~CAPÍTULO VII~~

~~Disposições finais e transitórias~~

~~Art. 27 — Os prazos indicados nesta lei contam-se de acordo com o que prescreve o art. 125 do Código Civil.~~

~~Art. 28 — Fica o Poder Executivo autorizado a providenciar a emissão dos selos municipais, nos valores julgados necessários para a administração municipal.~~

~~§ 1º — Na impressão dos selos, deverão, sempre que possível, ser aproveitadas vistas panorâmicas da cidade, do município, assim como a fotografia em busto de antigos Prefeitos Municipais ou pessoas tradicionais que tenham seus nomes ligados à história do Município.~~

~~Art. 29 — Enquanto não forem emitidos os selos municipais, este imposto será cobrado por verba.~~

~~Art. 30 — Fica fazendo parte integrante desta lei a Tabela anexa número um (1).~~

~~Art. 31 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre, 05 de abril de 1951

~~JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA~~
~~Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

Tabela anexa ao Projeto nº

Art.	Incidência	Taxa
1	Alvarás	
	a) de licença para início de comércio, indústria e profissão de qualquer natureza	Cr\$ 20,00
	b) de licença para renovação de comércio, indústria e profissão de qualquer natureza	Cr\$ 10,00
	c) de licença para o comércio ambulante de qualquer natureza	Cr\$ 20,00
	d) de licença para construção	Cr\$ 20,00
	e) de licença para reconstrução	Cr\$ 10,00
	f) de licença para diversões públicas em geral, por ano	Cr\$ 50,00
	g) de licença para diversões públicas em geral, por menos de um ano	Cr\$ 20,00
	h) para funcionamento de comércio fora do horário regulamentar	Cr\$ 20,00
	i) para anúncio ou propaganda	Cr\$ 20,00
2	Atestados, para qualquer fim	Cr\$ 20,00
	Estão isentos os seguintes atestados:	
	a) de pobreza;	
	b) para fins militares, escolares ou eleitorais;	
	c) de qualquer natureza, em que sejam interessadas associações de caridade	
	d) em benefício de funcionários municipais, desde que em assuntos relacionados com suas funções	
3	Contratos de qualquer natureza	Cr\$ 20,00
4	Certidões	
	a) certidões, cópias e outros atos extraídos ou decorrentes de qualquer processo ou livro em andamento ou no arquivo municipal, por folha	Cr\$ 10,00
	b) de desistência de contrato	Cr\$ 20,00
	c) negativa de tributos municipais:	
	— I — requerida em nome de um só interessado	Cr\$ 20,00
	— II — requerida em nome de vários interessados, aplicar-se-á a taxa do número anterior, acrescentando-se por pessoa, além da primeira	Cr\$ 10,00
	— III — requerida em nome de vários interessados que sejam condôminos	Cr\$ 30,00
	d) certidões e cópias não especificadas	Cr\$ 20,00
5	Portarias de licença concedida a funcionário municipal, para tratar de interesses particulares.	Cr\$ 10,00
	Estão isentas de selo as portarias de licença concedida a funcionário municipal para tratamento de saúde própria ou em pessoa de sua família.	
6	Privilégios	
	a) até dez (10) anos, por ano ou fração	Cr\$ 100,00
	b) de mais de dez (10) anos	Cr\$ 500,00
7	Recebimentos	
	de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 100,00	Cr\$ 0,50
	de mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 200,00	Cr\$ 1,00
	de mais de Cr\$ 200,00 até Cr\$ 300,00	Cr\$ 2,00
	de mais de Cr\$ 300,00 até Cr\$ 500,00	Cr\$ 3,00
	de mais de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 1.000,00 ou fração	Cr\$ 4,00
8	Requerimentos	
	a) requerimentos dirigidos à administração municipal	Cr\$ 5,00
	b) de habilitação em concorrência pública	Cr\$ 25,00
	c) solicitação, isenção de impostos e taxas	Cr\$ 10,00
	d) solicitando realização de vistorias	Cr\$ 50,00
	e) para publicação de ditais	Cr\$ 25,00
	f) requerimentos não especificados	Cr\$ 5,00
	Nota — Os requerimentos assinados a rogo ou por procuração, salvo as isenções previstas, ficam sujeitos à taxa adicional de	Cr\$ 5,00
9	Documentos, notas, plantas e quaisquer outros papéis anexos a requerimentos dirigidos ou exibidos a repartição municipal, por folha	Cr\$ 2,00

Alegre, 05 de abril de 1951

JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal